



Biblioteca Desembargador Antônio Mello Martins

[▶ Apresentação](#) [▶ Multimídios](#) [▶ Pesquisas](#) [▶ Acesso Virtual](#)

Cidadania

	Liberdade e educação
País reduz miséria em 54%	Regressividade na educação
Estagnação econômica e crescimento pró-pobre	CNJ pode proibir viagens de juízes com despesas pagas
Entre as promessas e a realidade	A Defensoria Pública e a população carente
Todos pela educação de qualidade	Um Poder Judiciário atuante
Gestão no ensino superior	Formação do docente, um problema
A catarse da inovação tecnológica	Quem reproduz a pobreza?
A maioria silenciada	O poder dos bancos no Brasil
O voto e a cidadania	Delinqüente é o Estado
A "copa da cidadania	Educação integral: muitos modelos possíveis
Virada na educação	Ataque à imprensa
Como reagir à desilusão	Por uma política de transferências de renda
Balanco pessimista	Até quando?
Eleições: contra a corrupção	O gênio da internet
Governo demais, para quê?	"É preciso investigar os recursos"
O quase bem público essencial	A juventude precisa de espaço e oportunidade
Aumento dos gastos com educação melhora pouco a qualidade do ensino	Sobre a distribuição de recursos
Inércia educacional e atraso	Uma solução falsa para o combate à corrupção
Poder aquisitivo	Somos todos negociadores
Aposta na educação, um quase consenso nacional	A gestão do voluntariado
Infestação	Estímulo a transgressão
Marco Aurélio e Antônio Fernando	Reflexões sobre o Juízo Final

Liberdade e educação

Sérgio Werlang

compreensão de uma descrição, ou interpretação de uma situação) e raciocinar sobre os efeitos de cada escolha possível. Ou seja, implicitamente na análise feita sobre a importância da liberdade individual estava o fato de que as pessoas têm que compreender o que significa cada uma de suas possíveis escolhas. Assim, a educação básica, que dá condições das pessoas entenderem a grande maioria de suas escolhas ao longo da vida, tem que ser obrigatória (e subsidiada). De outra forma, o indivíduo não tiraria o proveito que poderia da sua liberdade. Observe que há certas decisões que são tão complexas que é necessário um time de especialistas para chegarem a uma conclusão - por exemplo, se uma empresa deve ou não investir em um projeto totalmente novo - é óbvio que não são estas as relevantes neste raciocínio. Como as decisões têm graus de complexidade distintos, vê-se que é passível de discussão qual o nível mínimo de estudo obrigatório que faria com que as pessoas estivessem aptas para realizarem suas escolhas mais relevantes ao longo da vida, mas isto é outro assunto.

Por fim, ao prover educação fundamental (e pré-escola) e determinar que um nível mínimo de escolaridade seja obrigatório para todos os cidadãos, o estado está fazendo com que a liberdade individual seja muito mais valorizada. Pois o mesmo grau de liberdade individual significa escolhas muito mais bem feitas por indivíduos que tenham educação do que os que não a tenham.

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, diretor-executivo do Banco Itaú e professor da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV, escreve mensalmente às segundas-feiras.

Fonte: Valor, 02/10/2006

.:topo

País reduz miséria em 54%

O Brasil cumpriu a primeira das oito metas do milênio definidas pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) na metade do prazo estabelecido. Ficou acordado em 1990 que a extrema pobreza em cada país deveria recuar à metade num prazo de 25 anos - até 2015. A Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ) calculou que o total de pessoas ganhando menos de US\$ 1 dia - linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial - caiu 54,6% em 13 anos. Em 2005, a extrema pobreza atingiu o nível mais baixo da história, alcançando 5,32% da população. Em 1992, a extrema miséria atingia 11,76% dos brasileiros.

A linha de pobreza traçada pelo Bird, porém, é considerada muito baixa entre especialistas. O ajuste para o Brasil mostra que pessoas que ganham mais de R\$ 46 por mês não estão nesse universo, mais adequado para observar países africanos, como pondera o próprio autor da pesquisa da FGV, Marcelo Néri.

Independentemente da linha essa redução é motivo para comemorar, já que a pobreza está caindo bastante na ótica de todas as metodologias - avalia o economista, chefe do Centro de pesquisas Sociais da FGV.

De acordo com a linha tacada por Néri, pela qual é considerado miserável o brasileiro que ganha menos de R\$ 121 por mês, a pobreza também caiu expressivamente no ano passado. A parcela de pobres, que era de 28% em 2003, caiu para 22,7% em 2005. O governo de Lula, de acordo com FGV, tirou da miséria cerca de 12 milhões de brasileiros. Os pobres, contudo, ainda somam 42 milhões de pessoas.

A queda da miséria de 19,18% nos três primeiros anos de governo Lula supera a queda de 18,47%, de 1993 a 1995, fase em que a pobreza mais recuou sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O lançamento do Plano Real reduziu a pobreza de 35% da população para 28,2% do total de brasileiros.

Já a redução no nível de pobreza observada no governo Lula está sendo provocada, sobretudo, por processos de transferência e desconcentração de renda. Retomada de empregos, benefícios da Previdência, aumento do salário mínimo e o Bolsa Família foram citados na divulgação do estudo Miséria, Desigualdade, Estabilidade - o Segundo Real.

Apesar dos avanços obtidos no combate à pobreza, Néri critica o aumento da carga tributária como consequência da elevação do mínimo. Além disso, cobra maior monitoramento na concessão do Bolsa Família, que atinge 11,6 milhões de famílias.

Regressividade na educação

Maria Clara R. M. do Prado

Há algumas semanas esta coluna chamou atenção para a regressividade existente na carga tributária brasileira que pesa substancialmente sobre as camadas de renda mais baixa em comparação com os grupos de mais alta renda. Os dados fazem parte de um minucioso trabalho coordenado pela prof. Maria Helena Zockun da FIPE/ USP, e pode ser acessado no site da Fecomercio.

Na terça-feira, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sediada em Paris, formada por 30 países, a maioria rica, alguns nem tão ricos e poucos remediados, divulgou um amplo documento (mais de 400 páginas) intitulado "Education at a glance" ("Educação à Primeira Vista") com indicadores atualizados sobre os mais variados aspectos relacionados ao setor educacional. Brasil, Israel, Rússia e Chile não são membros da Organização, mas foram incluídos em algumas das estatísticas que permitem comparar uns com os outros.

Está ali registrado que o Brasil gasta 4,4% do PIB com educação e isso não é novidade. O indicador não é, em si, ruim. Equivale ao gasto com educação da Irlanda, considerado no final dos anos 90 o queridinho da Europa e um exemplo a seguir pelas altas taxas de crescimento observadas. Também diz o documento da OCDE que as despesas com educação correspondem no Brasil a cerca de 12% do total dos gastos do setor público. A marca também não é ruim. Está próxima da média gasta com educação como fatia do setor público em geral entre todos os países vinculados à organização.

Mas, infelizmente, esses dados por si não dizem nada no caso do Brasil. As distorções e o mau emprego do dinheiro resultam em uma educação pública de péssima qualidade no país e em enorme contingente da população em idade adulta que não foi contemplada com o direito de acesso à educação básica gratuita. E isso atinge não apenas os adultos mais velhos, mas também os adultos mais jovens, justo aqueles que deveriam estar hoje capacitados a desenvolver atividades produtivas de ponta, as que mais agregam valor e que podem fazer diferença no mercado internacional.

O documento da OCDE traz um quadro que é auto-explicativo no sentido dos avanços e dos resultados alcançados nas últimas gerações em matéria de educação entre os países pesquisados. São informações processadas em 2004 sobre a porcentagem da população da mesma faixa de idade que conseguiu concluir o ensino secundário. Os grupos de idade são divididos pelas seguintes faixas: de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos. No Brasil de hoje apenas 38% da população na faixa entre 25 a 34 anos de idade tem o secundário completo. O percentual cai para 32% na faixa seguinte, para 27% na terceira faixa e para 11% no grupo dos mais idosos, de 55 a 64 anos. No Chile, os percentuais são, respectivamente, 64%, 53%, 44% e 32%. Em Israel, 86%, 81%, 75% e 68%. Na Coreia, que iniciou a sua revolução na área da educação nos anos 60, os percentuais são 97%, 86%, 57% e 34%, respectivamente, mostrando que em duas gerações o país conseguiu sair do nível do padrão de vida do Afeganistão de hoje e triplicar a quantidade de adultos jovens com o segundo grau completo.

As distorções e o mau emprego do dinheiro resultam em uma educação pública péssima, com uma população adulta que não teve acesso à educação gratuita

A Turquia está atrás do Brasil e o México, o único país da América Latina a ser aceito como membro da OCDE ainda no início dos anos 90 quando estava no auge dos emergentes, apresenta situação ainda pior do que a brasileira no campo da educação. Apenas 25% da população entre 25 e 34 anos de idade tem o secundário completo, com o mesmo percentual se repetindo na